

**CONSELHO DE CONTROLES DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS NA PRODUÇÃO  
BIBLIOGRÁFICA BRASILEIRA: abordagem bibliométrica**

**JULIO CESAR CUTER**  
PUC/SP

# CONSELHO DE CONTROLES DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS NA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA BRASILEIRA: abordagem bibliométrica

## *FINANCIAL INTELLIGENCE UNIT IN BRAZILIAN BIBLIOGRAPHIC PRODUCTION: bibliometric approach*

### **Resumo**

O objetivo principal deste trabalho foi estudar a produção bibliográfica envolvendo o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, importante peça nas políticas públicas de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destrução em Massa. Secundariamente, avaliou-se se a exposição midiática do Controle de Atividades Financeiras, ocorrida em três diferentes janelas temporais, resulta em alguma alteração na produção. A pesquisa se utilizou da Plataforma Lattes como fonte primária das informações e analisou individualmente os registros retornados a partir dos critérios de busca estabelecidos para obter dados quantitativos e conseguir qualificar os resultados, bem como traçar um perfil de formação dos profissionais envolvidos na produção pesquisada. Como conclusão temo um baixo número de produção e pesquisadores envolvidos no tema, sendo a primeira produção bibliográfica identificada foi no ano de 2005, portanto mais de 6 anos após a criação do Controle de Atividades Financeiras, e apresenta aumento no período da Lava Jato, com pico de produção em 2019, transparecendo ter ligação com a exposição à mídia.

**Palavras-chave:** COAF; UIF; Produção bibliográfica.

### **Abstract**

*The main focus in this paper was identified and study the bibliographic production involving the Financial Activities Control Council, who is important piece in the public policies to Anti-Money Laundering and Counter-Terrorism Financing, secondarily we evaluate whether the media exposure of the Financial Activities Control Council, which occurred in three different time windows, results in some change in the evaluated production. The research used the Lattes Platform as the primary source of information and individually analyzed the records returned from the established search criteria to quantify, stratify and qualify the results, as well as define a profile of the training of the professionals involved in the researched production. We identify a low number of production and researchers involved in the subject, the first item identified was produced in 2005, more than 6 years after Financial Activities Control Council starts operations and shows an increase in the period of Lava Jato with peak production in 2019, showing a connection with media exposure.*

**Keywords:** COAF; FIU; Bibliographic Production.

## **1. INTRODUÇÃO**

Este estudo visa medir a produção bibliográfica brasileira a respeito da Unidade de Inteligência Financeira (UIF). A UIF é o centro de recebimento de informações para análise e identificação de indícios de lavagem de dinheiro para ser enviado para as autoridades responsáveis pela repressão de potenciais crimes (GAFI, 2012).

A UIF é um requisito dos países aderentes aos padrões emitidos pelo Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI). O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) é a UIF brasileira destinada a cumprir o requisito do GAFI. Foi criado pela Lei n. 9.613, de 3 de março de 1998, e disciplinada pelo Decreto n. 2.799, de 8 de outubro de 1998. É composto de servidores de outros órgãos, empresas públicas e autarquias.

O GAFI atua emitindo recomendações de melhores práticas para o Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destrução em Massa (PLD-FTP). A lavagem de dinheiro é um processo complexo e fracionado, que visa introduzir, no Sistema Financeiro, recursos de fontes irregulares utilizando-se de múltiplas atividades distintas para atingir o seu objetivo: transparecer regularidade (RIZZO, 2013).

Com pouco mais de 25 anos desde a sua fundação, o COAF teve exposição nos meios de comunicações em massa por razões distintas durante esse período. É possível lembrar três episódios marcantes: o escândalo do Mensalão, no ano de 2005; o conjunto de investigações e operação conhecida como “Lava Jato”, entre 2014 e 2021; e, por fim, a mudança administrativa proposta pelo Governo Jair Messias Bolsonaro, no ano de 2019.

Não foram identificados estudos bibliométricos anteriores sobre o tema, sendo este, portanto, o trabalho pioneiro, cujo objetivo principal foi conhecer a produção bibliográfica a respeito do COAF e estratificá-la em categorias para auxiliar na compreensão e traçar um panorama dos pesquisadores envolvidos nessa produção.

O trabalho mostra-se relevante pela importância que a UIF exerce na condução de Políticas Públicas de PLD-FTP e por ser um requisito do GAFI para o Brasil ser considerado um país cooperante, condição essa fundamental para a manutenção do país no Sistema Financeiro Internacional.

Secundariamente, procurou-se observar se é possível identificar um aumento do interesse dos pesquisadores brasileiros sobre a UIF, interesse aqui entendido e mensurado como aumento da produção bibliográfica em função da exposição do COAF na mídia.

## **2. INTELIGÊNCIA FINANCEIRA PARA O COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO E SUA EXPOSIÇÃO NA MÍDIA**

A preocupação com a lavagem de dinheiro não é nova, no entanto, Rizzo (2013) adverte que ela teve uma escalada em função da complexidade com que se apresenta, pois tem características transfronteiriças e por ser uma atividade fracionada. Conforme Aro (2013), o fracionamento divide as atividades em três etapas: colocação, ocultação e integração.

Considerando a complexidade do tema e a sua característica transfronteiriça, a coordenação dos esforços entre as nações passou cada vez mais a desempenhar papel relevante. O GAFI foi criado com o propósito de estimular a cooperação e criar padrões internacionais para orientar os países membros a configurarem suas PLD-FTP.

O GAFI trabalha com 40 recomendações que fornecem um padrão para todos os países conseguirem congregarem esforços nos PLD-FTP. Essas orientações não são mandatórias, e sim boas práticas que são avaliadas pelo órgão periodicamente; a extensão das recomendações visa cobrir toda a complexidade da lavagem nas etapas de colocação, ocultação e integração servindo de disseminação de conhecimento sobre o tema. Uma das recomendações é que os países membros tenham uma UIF.

Como dito anteriormente, o COAF é a UIF brasileira. Ela segue o modelo mais comum entre os países membros do GAFI, que é o modelo administrativo. Segundo Costa (2023), esse modelo tem como características a realização do planejamento estratégico, a promoção de ações de inteligência e a gestão de dados.

O COAF realiza o tratamento de todas as informações enviadas pelas pessoas obrigadas pela Lei n. 9.613 de identificar eventos suspeitos em suas atividades e que possam se caracterizar como indícios de crime de lavagem de dinheiro e ocultação de bens, direitos e valores.

O tratamento realizado pelo COAF se dá em duas etapas. Primeiramente, de forma totalmente automatizada computacionalmente, todos os dados recebidos são analisados e

toma-se a decisão de arquivar ou enviar para a segunda etapa, essa feita pela equipe especializada. O resultado desse tratamento é a identificação de indícios de lavagem de dinheiro, de financiamento do terrorismo ou outros ilícitos que resultam na elaboração dos Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) (COAF, 2020; 2024).

A etapa de inteligência encerra-se com o compartilhamento da UIF, órgão que não tem competência para apurar crimes, com as autoridades autorizadas pela Lei n. 9.613 a receber o resultado da inteligência financeira para apuração de crime.

O COAF desempenha uma atividade extremamente técnica realizada por um pequeno corpo técnico, cedido por outros órgãos, repartições e empresas públicas. Ainda assim, passou a frequentar as mídias por seu papel de enviar as RIFs para os responsáveis por combater crimes de lavagem — neste caso em especial, a corrupção. Os três episódios centrais que destacaremos dos noticiários têm ligação direta com denúncias de corrupção e uso dos RIFs do COAF.

Segundo Guazina (2007), a partir da década de 1990 o termo “mídia” passou a ser utilizado tanto para publicações especializadas quanto para a imprensa em geral, e vem sendo mais estudada no ramo das Ciências Sociais, especialmente na Ciência Política. Ainda segundo a autora, é incontestável nas sociedades democráticas a relação Comunicação e Política, e os estudos apontam como a mídia influencia a visão de mundo das pessoas.

Brito e Teixeira (2021) esclarecem que os meios de comunicação têm capacidade de penetrar na população e alteram a relação entre as pessoas e, principalmente, entre elas e o Estado. Adiciona-se a isso uma preocupação crescente com o tema “PLD-FTP no Brasil”, expresso pela Avaliação Nacional de Riscos de Lavagem de Dinheiro (BRASIL, 2022), na qual se classifica a corrupção com maior grau de incidência e abrangência de risco de lavagem de dinheiro por envolver as esferas supranacionais e internacionais, e utilizar estruturas complexas e de difícil detecção. Assim como a corrupção foi considerada a maior ameaça para o Brasil, conforme exposto por Gomes e Medeiros (2019), a corrupção está nos mais variados setores, porém só veem escândalos públicos a partir do momento em que a mídia é envolvida.

Conforme Silva (2008), uma denúncia da *Folha de São Paulo* de que o Governo Federal pagava uma mesada a parlamentares em troca de apoio político foi o gatilho para uma grande apuração de corrupção e cobertura da mídia.

O chamado “mensalão” tratava-se de um complexo esquema de corrupção envolvendo os partidos e os líderes da base aliada do primeiro governo Lula. Foram três Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) instaladas, chamadas “CPIs dos Bingos”, “Mensalão” e “Correios”; as investigações culminaram com a cassação de três deputados, quatro deputados que renunciaram seus cargos e outros 12 que foram absolvidos (NUNOMURA, 2012).

Se, por um lado, tivemos essa exposição ao longo dos anos de 2005 e 2006, surge em 2014, e concluída em 2021, a operação Lava Jato, uma força-tarefa do Ministério Público Federal em conjunto com a Polícia Federal do Brasil que teve como resultado mais notório a prisão do ex-Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do ex-Presidente da Câmara dos Deputados, André Cunha — além de uma longa lista de políticos, empresários e profissionais de vários setores condenados por corrupção ou acusados de crimes.

Gomes e Medeiros (2019) apresentam, na análise da cobertura das revistas *Veja* e *Carta Capital* da Lava Jato, elementos de continuidade do escândalo do Mensalão, por semelhanças da *modus operandi*, como beneficiar principalmente o partido do presidente, ainda que não exclusivamente, entre outras características citadas pelos autores.

Já Albuquerque (2021) destaca que a Operação Lava Jato foi frequentemente descrita pela mídia como um período de sucesso das instituições brasileiras, e suscita um viés político nos agentes envolvidos, entre eles a própria imprensa.

Corroborar para essa visão o ato de início do mandato do presidente Jair Messias Bolsonaro, quando da edição da Medida Provisória n. 870/2019, que reorganizava a estrutura de governo — por exemplo, a mudança de subordinação do COAF para o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, então comandado pelo ex-juiz responsável pela Lava Jato Sergio Mouro.

No entanto, no bojo da exposição e do debate na mídia das mudanças, o governo editou a Medida Provisória n. 893/2019, que após o seu tramite e longo debate midiático das funções da UIF, mudança de nome e aumento do quadro funcional, foi convertida na Lei n. 13.974, em 07 de janeiro de 2020.

### 3. MÉTODO DE COLETA E TRATAMENTO DE DADOS UTILIZADOS

A pesquisa teve uma abordagem quantitativa realizando uma análise exaustiva da produção bibliográfica explorando todo o conteúdo dos dados coletados na Plataforma Lattes.

A Plataforma Lattes foi criada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e tem múltiplas funções, entre as quais promover e difundir a pesquisa científica no Brasil.

O Currículo Lattes é uma funcionalidade da Plataforma Lattes; atualmente, é o padrão brasileiro para avaliação de instituições, pesquisadores, professores e alunos, e é utilizado como fonte de dados, visto que a Plataforma disponibiliza interface para recuperação e pesquisa de base de dados, ainda que com limitações para pesquisas mais avançadas (BRITO; QUONIAM; MENA-CHALCO, 2016).

Assim, a escolha da Plataforma Lattes como origem dos dados a serem coletados se justifica por seu maior alcance em identificar a produção brasileira sobre o COAF. Considerando as limitações de pesquisas a partir dos dados coletados, a presente pesquisa buscou aplicar uma abordagem qualitativa nos dados obtidos na Plataforma Lattes, classificando manualmente a produção bibliográfica, tendo como orientadora a classificação utilizada pelo Currículo Lattes para produção bibliográfica: “artigos completos publicados em periódicos”; “artigos aceitos para publicação”; “texto em jornal ou revista (magazine)”; “livros e capítulos”; “trabalhos publicados em anais de eventos”; “apresentação de trabalho e palestra”; “partitura musical”; “tradução”; “prefácio, posfácio”.

Ainda como parte na análise qualitativa, foram incluídos como produção bibliográfica os trabalhos de conclusão de cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu*, mestrados e doutorados sobre o tema foco desta pesquisa, isso após análise do Currículo Lattes retornada na pesquisa.

Costa *et al.* (2012) explicam que a bibliometria visa medir a produção bibliográfica, com diferentes técnicas e indicadores. Assim, este estudo visou medir a produção bibliográfica que se relaciona à UIF brasileira olhando para os pesquisadores envolvidos nessa produção e o tipo de produção que vem sendo realizada no Brasil desde a criação do COAF.

A estratégia de pesquisa inicial consistiu em usar a busca avançada da Plataforma por assunto usando a opção de busca “qualquer uma dessas palavras”, utilizando como termos de busca a seguinte sequência: “Conselho de Controle de Atividades Financeiras” ou “COAF” ou “UIF” ou “Unidade de Inteligencia Financeira” — detalhe importante: as aspas são fundamentais para que a Plataforma entenda e retorne o conjunto exato das palavras, e não se aplica conector ou *or* na busca, limitando-se, portanto, aos termos buscados.

Sobre a busca, destacamos, ainda, dois outros pontos: o primeiro deles é que a pesquisa não retorna resultados quando inserido acento circunflexo na palavra “inteligência”, e o segundo é que nas simulações os resultados não se alteram com o uso de letras ou palavras minúsculas ou maiúsculas.

Selecionaram-se as bases de doutores e demais pesquisadores de qualquer nacionalidade. A pesquisa foi realizada em 26 de agosto de 2024, obtendo-se um total de 324 registros, que apresentaremos na seção “Resultados e análises”.

#### 4. RESULTADOS E ANÁLISES

A primeira etapa após obter os 324 registros foi a criação de um banco de dados com todos os Currículos Lattes que retornaram na pesquisa inicial para tratar manualmente os resultados para seu refino. Conseguimos validar os resultados, corrigindo inconsistências e duplicações características das imprecisões dos operadores booleanos da Plataforma Lattes, problemas já apontados em por Jatene *et al.* (2020).

Após essa primeira etapa de tratamento de dados, conforme consta no Quadro 1, classificamos os retornos que estavam fora do escopo totalizando 50 registros. O resultado mais comum nessas exclusões foi para o acrônimo “COAF”, que apresenta mais de um significado para distintas áreas do conhecimento.

Ainda durante a classificação identificamos cinco pesquisadores orientadores que não estavam na base de 324 nomes. Esses nomes foram obtidos na base dos pesquisadores e cruzando o nome dos orientadores com todos os nomes que retornaram da pesquisa, conforme descrito no método de coleta. Uma vez não identificados, acessamos o Currículo Lattes e verificamos que constava o registro da orientação. Optamos por incluir manualmente, chegando a um total de 279 dentro do escopo e 50 fora do escopo, ou um total de 329 indivíduos.

Identificamos, ainda, 21 nomes que constam no campo orientador dos Pesquisadores e que não retornaram nenhum resultado na pesquisa; para oito não identificamos currículo na Plataforma Lattes; para 13 identificamos o Currículo Lattes, mas não constava o trabalho orientado, ficando assim fora da base final. Apresentamos no Quadro 1 os resultados obtidos.

Quadro 1 – Classificação inicial dos resultados extraídos da Plataforma Lattes

Classificação	Explicação	Quantidade	Percentual (%)
Fora do escopo	Pesquisadores que após análise do conteúdo do Currículo Lattes não tinham resultados para o escopo de nossa pesquisa.	50	15
Produção bibliográfica	Pesquisadores com um ou mais trabalhos existentes na Plataforma Lattes segundo suas categorias: “artigos completos publicados em periódicos”, “artigos aceitos para publicação”, “texto em jornal ou revista (magazine)”, “livros e capítulos”, “trabalhos publicados em anais de eventos”, “apresentação de trabalho e palestra”, “partitura musical”, “tradução”, “prefácio, posfácio”.	139	42
Pesquisadores orientadores	Pesquisadores que orientaram ou participaram de banca de avaliação de trabalhos dentro do escopo de nossa pesquisa.	74	22
Pesquisadores	Pesquisadores que realizaram trabalhos de conclusão de curso dentro do escopo de nossa pesquisa (graduação e pós-graduação de qualquer natureza).	66	20

Fonte: Dados da pesquisa extraídos da Plataforma Lattes. Adaptado pelo autor.

Observe que para os 279 resultantes dessa etapa extraímos os dados completos de produção do Currículo Lattes e classificamos os pesquisadores em três grupos:

1. Produção bibliográfica: nesse grupo, listamos todos os pesquisadores com um ou mais trabalhos existentes na Plataforma Lattes segundo suas categorias: “artigos completos publicados em periódicos”, “artigos aceitos para publicação”, “texto em jornal ou revista

(magazine)”, “livros e capítulos”, “trabalhos publicados em anais de eventos”, “apresentação de trabalho e palestra”, “partitura musical”, “tradução”, “prefácio, posfácio”;

2. Pesquisadores orientadores: nessa categoria, listamos todos os pesquisadores que orientaram ou participaram de banca de avaliação de trabalhos dentro do escopo de nossa pesquisa;

3. Pesquisadores: nesse grupo, listamos todos os pesquisadores que realizaram trabalhos de conclusão de curso dentro do escopo de nossa pesquisa (graduação e pós-graduação de qualquer natureza)

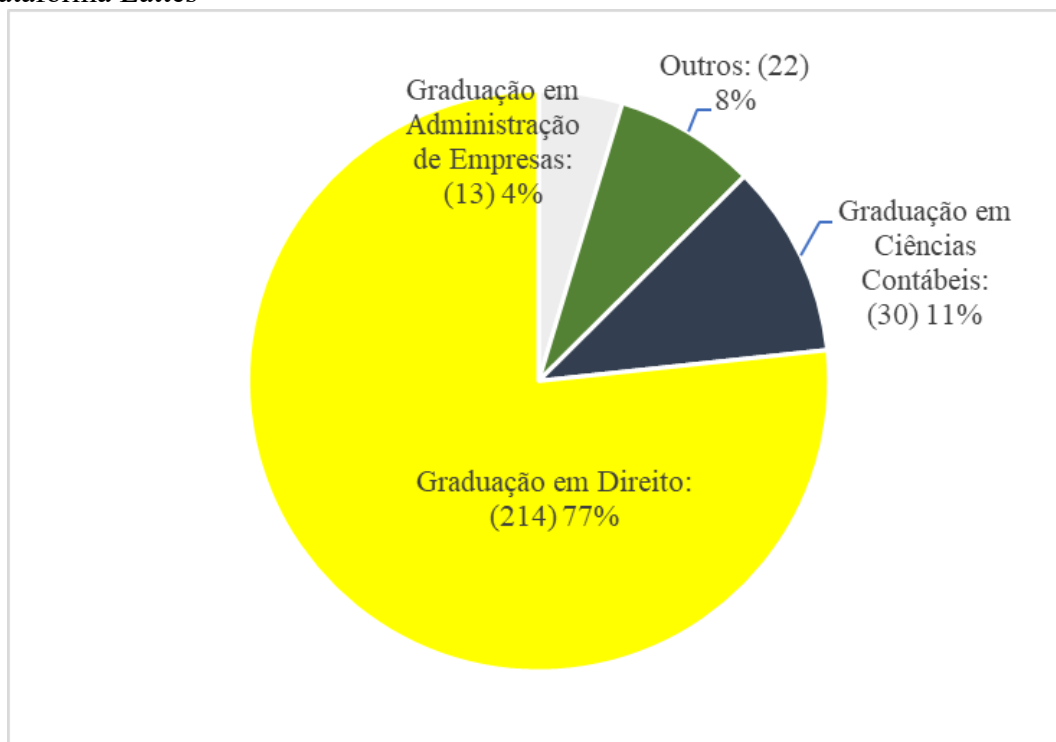
Ainda nesse processo de avaliação, identificamos 29 indivíduos do grupo de pesquisadores que também tinham uma ou mais produções bibliográficas, e um pesquisador orientador também tem produção bibliográfica. Esses 30 nomes foram classificados como “Produção bibliográfica” no Quadro 1.

Por fim, no grupo “Pesquisadores orientadores” identificamos um único profissional com registro de duas orientações, ambas em programa de especialização em Direito Penal, e cinco trabalhos de especialização para os quais não constam no campo específico o nome do orientador.

Realizamos uma análise sobre a formação principal dos 279 indivíduos. Avaliamos a formação universitária da população, conforme o Gráfico 1; para os casos com mais de uma formação, consideramos a carreira relacionada ao perfil de cursos pós-graduação, a publicações e a atuação profissional para determinar a formação principal.

Apesar de o COAF ter uma atividade interdisciplinar, o resultado da pesquisa mostra, conforme o Gráfico 1, uma concentração de interesse dos profissionais de Direito (77%), seguidos pelos profissionais da Contabilidade (11%), da Administração (4%) e das demais áreas somadas (8%).

Gráfico 1 – Distribuição da formação dos profissionais que têm registro associado ao COAF na Plataforma Lattes



Fonte: Dados da pesquisa extraídos da Plataforma Lattes. Adaptado pelo autor.

Conforme destacado por Costa *et al.* (2012), uma das possibilidades do estudo bibliométrico é acompanhar a atividade de produção sobre um escopo previamente definido. Nosso escopo principal é analisar a produção bibliográfica relativa ao COAF. A produção total foi de 222 itens, apresentados na Tabela 1, já excluídas as duplicações causadas por coautoria.

Os dados da Tabela 1 estão divididos em dois blocos as Produções bibliográficas com 56% e as Produções Científicas com 44%. A diferenciação foi possível pela utilização da Plataforma Lattes e sua completude de dados e divisões, possibilitando uma análise profunda do interesse e dos registros existentes em suas bases.

Para elaborar a Tabela 1 partimos da divisão presente no trabalho de Cortez (2011) sobre disseminação de conhecimento científico e suas diferentes formas, a saber: livros, teses, capítulos de livros, artigos científicos publicados em revistas acadêmicas ou anais de eventos acadêmicos etc. A partir dessa proposta, incluímos, no grupo “Produção científica”, todos os trabalhos de conclusão de graduação e de pós-graduação de qualquer natureza, considerando que esses trabalhos passaram por um processo científico de produção supervisionado, aqui extrapolando o conceito apresentado por Halliday (2001).

Ainda se referindo à Tabela 1, vemos que dentro da “Produção bibliográfica” a produção com mais frequência foi “Textos em jornais de notícias/revistas”, com 44 publicações. Já para o grupo “Produção científica” o trabalho mais comum foi “Artigo publicado em revista científica” com 27 publicações.

Tabela 1 – Produção bibliográfica e produção científica dos profissionais que têm registro associado ao COAF na Plataforma Lattes

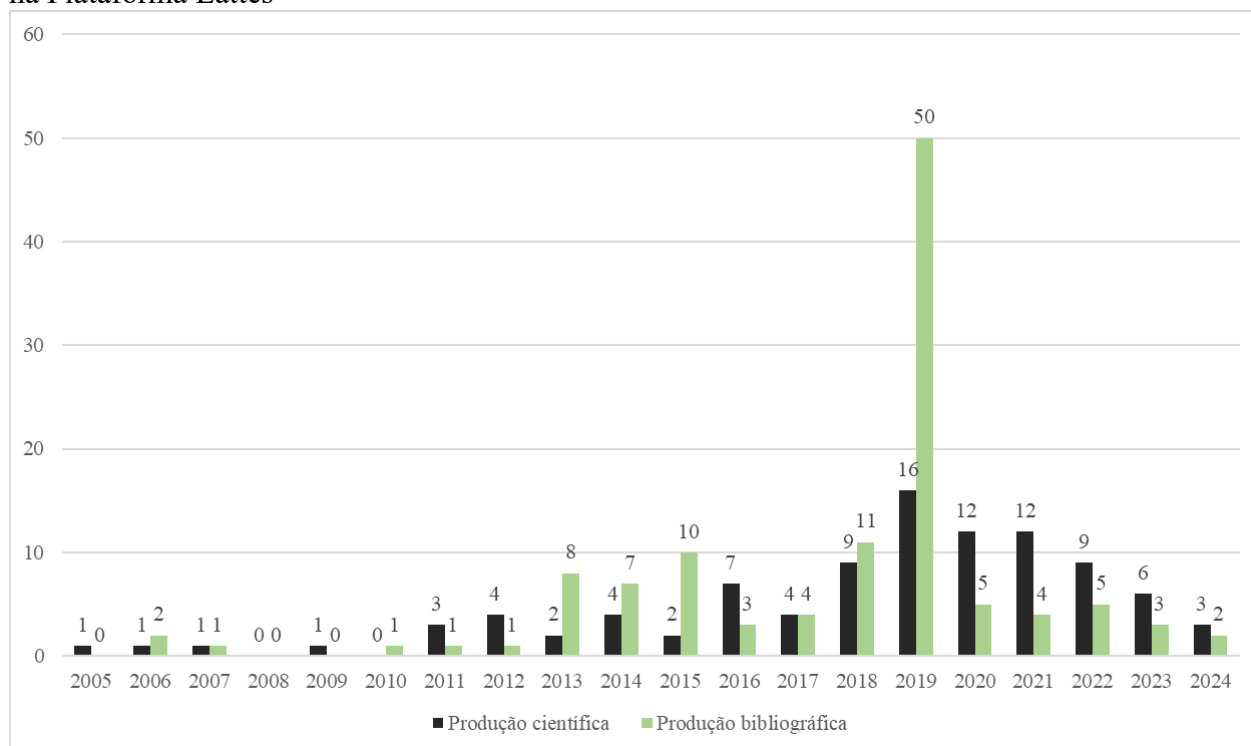
<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual (%)</b>
<b>Produção bibliográfica</b>		
Textos em jornais de notícias/revistas	44	20
Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia	28	13
Apresentações de trabalho	27	12
Demais tipos de produção técnica	11	5
Organização de eventos, congressos, exposições e feiras	5	2
Outras produções bibliográficas	10	4
<b>Subtotal</b>	<b>125</b>	<b>56</b>
<b>Produção científica</b>		
Artigo publicado em revista científica	27	12
Capítulos de livros publicados	26	12
Monografia pós-graduação	19	9
Trabalho de conclusão de curso de graduação	16	7
Dissertação de mestrado	5	2
Artigo publicado em anais de evento	3	1
Tese de doutorado	1	1
<b>Subtotal</b>	<b>97</b>	<b>44</b>
<b>TOTAL</b>	<b>222</b>	

Fonte: Dados da pesquisa extraídos da Plataforma Lattes. Adaptado pelo autor.

A Figura 1 apresenta uma nuvem de palavras criada com a utilização do *software* Wordclouds. As palavras empregadas para a formação da nuvem foram extraídas dos títulos dos 97 trabalhos classificados como produção científica.



Gráfico 2 – Evolução das produções bibliográficas e das produções científicas sobre o COAF na Plataforma Lattes



Fonte: Dados da pesquisa extraídos da Plataforma Lattes. Adaptado pelo autor.

Já o primeiro artigo científico em nossa base de dados foi publicado em 2011 na Revista Tributária e de Finanças Públicas por Luís Rodolfo Cruz e Creuz, com o título COAF, Lavagem de Dinheiro e o Mercado Imobiliário, abordando questões relevantes relacionadas às práticas e às atividades no mercado imobiliário e às normas brasileiras de prevenção à lavagem de dinheiro.

Identificamos um aumento das publicações a partir do ano de 2011 com incremento e manutenção da produção entre os anos de 2013 e 2017, crescendo substancialmente no ano de 2018 e atingindo o seu maior valor no ano de 2019. Após esse pico, a produção manteve-se nos níveis anteriores em 2020, 2021 e 2022, com queda no período subsequente.

No ano de 2019, pico de produção, o aumento mais eminente é da produção bibliográfica, e nos anos seguintes a predominância passa a ser das produções científicas. Uma possível causa para esse fato é que a produção científica consome um tempo maior para sua conclusão e publicação, mas o estímulo de 2019 pode ser a explicação para o aumento da produção científica com picos nos anos de 2020 e 2021.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como trabalho pioneiro de bibliometria sobre o COAF, o levantamento possibilitou identificar que há um baixo número de pesquisadores e produção bibliográfica sobre o tema (279 indivíduos e 222 trabalhos registrados na Plataforma Lattes, respectivamente).

Existe uma concentração entre os pesquisadores oriundos da área jurídica. Esse resultado já era esperado, contudo chamaram a atenção a intensidade da concentração e o número baixo de pesquisas científicas (apenas 27 artigos publicados em revistas científicas, seguidos de 26 publicações de capítulos de livros).

Este trabalho também investigou uma possível influência ou impacto da exposição midiática da UIF decorrente dos escândalos de corrupção conhecidos como “Mensalão” e “Lava Jato” e da tentativa de transferência do COAF para o Ministério da Justiça. Ainda que sem uma evidência de causa e efeito, foi possível identificar que o início dos trabalhos registrados na Plataforma Lattes coincide com o período do Mensalão, mais de 6 anos após a criação da UIF. Constatou-se, ainda, um aumento no período da Lava Jato, com destaque para o ano de 2018, e um pico de produção no ano de 2019, que coincide com a transferência do COAF para o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública e toda a repercussão causada pela tramitação da medida provisória convertida em lei no começo do ano seguinte, com suas idas e vindas.

Especialmente no ano de 2019, pico dos registros, identificamos que a produção mais comum foi “matéria de jornal”, seguindo o mesmo padrão do período todo, no entanto com uma distribuição percentual um pouco maior. É possível inferir que trabalhos científicos demandam um período maior para sua produção, o que justificaria os picos de trabalhos científicos nos anos subsequentes (2020 e 2021).

Uma conclusão residual que podemos dividir é a dificuldade de tratar os dados da Plataforma Lattes. Mesmo quando consideramos que o objetivo do Currículo Lattes não é realizar levantamentos bibliométricos, os recursos disponíveis se mostraram pouco funcionais e tivemos problemas de disponibilidade durante as consultas, mas ressaltamos os argumentos de outras pesquisas de que a profundidade dos dados possibilita uma análise panorâmica do objeto da pesquisa, justificando o seu uso, visto que passadas as dificuldades de tratamento temos informações detalhadas para subsidiar o estudo.

## 6. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. Populismo, Elitismo e Democracia: Reflexões a partir da Operação Lava-Jato. **Mediapolis – Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público**, Coimbra, n. 12, p. 17-31, 2021. DOI [https://doi.org/10.14195/2183-6019\\_12](https://doi.org/10.14195/2183-6019_12). Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/mediapolis/issue/view/485>. Acesso em: 7 set. 2024.

ARO, R. Lavagem de dinheiro: Origem histórica, conceito, nova legislação e fases. **Revista jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina**, Palhoça, SC, ano III, n. 6, p. 167-177, jan./jun. 2013. Disponível em: [https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/U\\_Fato\\_Direito/article/view/19488/12977](https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/U_Fato_Direito/article/view/19488/12977). Acesso em: 2 ago. 2024.

BRASIL. Conselho de Controle de Atividades Financeiras. Banco Central do Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Avaliação Nacional de Riscos 2021**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/coaf/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/avaliacao-nacional-de-riscos>. Acesso em: 8 maio 2024.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 2.799, de 8 de outubro de 1998**. Aprova o Estatuto do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF. Brasília, DF, 1998a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2799impresao.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%202.799%2C%20DE%208%20DE%20OUTUBRO%20DE%201998.&text=Aprova%20o%20Estatuto%20do%20Conselho%20de%20Controle%20de%20Atividades%20Financeiras%20%E2%80%93%20COAF](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2799impresao.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%202.799%2C%20DE%208%20DE%20OUTUBRO%20DE%201998.&text=Aprova%20o%20Estatuto%20do%20Conselho%20de%20Controle%20de%20Atividades%20Financeiras%20%E2%80%93%20COAF). Acesso em: 11 maio 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998**. Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os

ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências. Brasília, DF, 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9613.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.613%2C%20DE%203%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%201998.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20os%20crimes%20de,COAF%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9613.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.613%2C%20DE%203%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%201998.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20os%20crimes%20de,COAF%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs). Acesso em: 11 maio 2024.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.799, de 8 de outubro de 1998b. Aprova o Estatuto do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF. Brasília, DF, 1998b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2799impresao.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%202.799%2C%20DE%208%20DE%20OUTUBRO%20DE%201998.&text=Apr%20o%20Estatuto%20do%20Conselho%20de%20Controle%20de%20Atividades%20Financeiras%20%E2%80%93%20COAF](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2799impresao.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%202.799%2C%20DE%208%20DE%20OUTUBRO%20DE%201998.&text=Apr%20o%20Estatuto%20do%20Conselho%20de%20Controle%20de%20Atividades%20Financeiras%20%E2%80%93%20COAF). Acesso em: 11 maio 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.974, de 07 de janeiro de 2020.** Dispõe sobre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), de que trata o art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998. Brasília, DF, 2020. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/113974.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113974.htm). Acesso em 18 set. 2024.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória n. 870, de 1º de janeiro de 2019.** Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, DF, 2019. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1703891&filename=MPV%20870/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1703891&filename=MPV%20870/2019). Acesso em: 18 set. 2024.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória n. 893, de 19 de agosto de 2019.** Transforma o Conselho de Controle de Atividades Financeiras na Unidade de Inteligência Financeira. 2019b. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7992902&ts=1713294651844&disposition=inline>. Acesso em: 18 set. 2024.

BRITO, A.G.C.; QUONIAM, L.; MENA-CHALCO, J.P. Exploração da Plataforma Lattes por assunto: proposta de metodologia. **Transinformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 77-86, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/P3CJs6ms3HsTbQxsQKqKYps/?format=html>. Acesso em: 12 ago. 2024.

BRITO, R.S.; TEIXEIRA, E.M.S.F. A influência dos meios de comunicação na opinião pública no sistema político. **Direitos Democráticos & Estado Moderno**, São Paulo, n. 2, p. 97-112, 2021.

COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras. **Relatório de Atividades Coaf 2019**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/coaf/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-do-coaf-1/relatorio-de-atividades-2019.pdf/view>. Acesso em: 1 set. 2024.

\_\_\_\_\_. **O que faz o Coaf?** Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/coaf/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-do-coaf-1/OquefazoCoaf.pdf>. Acesso em: 1 set. 2024.

CORTEZ, P. **Some scholarly communication guidelines: teaching report**. Guimarães: Department of Information Systems of University of Minho, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/11599>. Acesso em: 13 ago. 2024.

COSTA, C.H.E. **Estudo comparado dos modelos de unidades de inteligência financeira no mundo com o nível de democracia e corrupção dos países: uma análise empírica inicial**. 2023. 62 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

COSTA, T. *et al.* A Bibliometria e a Avaliação da Produção Científica: indicadores e ferramentas. *In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS: INTEGRAÇÃO, ACESSO E VALOR SOCIAL*, 14., 2012. Lisboa. Anais [...]. Algarve: Universidade de Algarve, 2012. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/6513> . Acesso em: 10 ago. 2024.

GAFI - Grupo de Ação Financeira Internacional. **Padrões Internacionais de Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e da Proliferação: as recomendações do GAFI**. Paris, 2012. Disponível em: <https://www.fatf-gafi.org/content/dam/fatf-gafi/translations/Recommendations/FATF-40-Rec-2012-Portuguese-GAFISUD.pdf.coredownload.inline.pdf>. Acesso em: 1 set. 2024.

GOMES, T.G.; MEDEIROS, C.R.O. Construindo e desconstruindo escândalos de corrupção: a operação Lava-Jato nas interpretações da Veja e Carta Capital. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 26, n. 90, p. 457-485, 2019.

GUAZINA, L. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares. **Revista Debates**, Bento Gonçalves, v. 1, n. 1, p. 49, 2007.

HALLIDAY, L. Scholarly communication, scholarly publication and the status of emerging formats. **Information research**, Borås, v. 6, n. 4, 2001. Disponível em: <https://information.net/ir/6-4/paper111.html>. Acesso em: 9 set. 2024.

JATENE, C.V. *et al.* Produção científica sobre lugares de memória: abordagem bibliométrica. *In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA*, 7., 2020, Salvador. **Anais [...]** Salvador: Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, 2020.

NUNOMURA, E.Y. **O mensalão impresso: o escândalo político-midiático do governo Lula nas páginas de Folha e Veja**. 2012. 210 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RIZZO, M.B.M. **Prevenção à lavagem de dinheiro nas instituições do mercado financeiro**. 1. ed. São Paulo: Trevisan Editora, 2013. 262 p.

SILVA, V.J. **O escândalo do mensalão em revistas semanais: uma análise de enquadramento**. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2008.